

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Economia criativa

APROVADO na **Comissão de Cultura** o **parecer** da relatora, deputada Zeidan, ao **Projeto de Lei nº 1179/2015**, de autoria dos deputados Marcia Jeovani e Carlos Minc, que "Institui a política estadual de incentivo à economia criativa", **favorável ao substitutivo**¹.

Petróleo e Gás

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Luiz Paulo, ao **Projeto de Lei nº 2289/2013**, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que "Determina a obrigatoriedade de apresentação do CSV – Certificado de Segurança Veicular, no momento do abastecimento nos postos de combustíveis, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências", **pela inconstitucionalidade** (*A proposição fere o princípio da autonomia do Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, definidas no Artigo 22, XI da Constituição Federal e no Artigo 12 da Lei nº 9503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que atribui, ao CONTRAN, órgão máximo normativo, consultivo e coordenador da política nacional de trânsito, como responsável pela regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro*).

Requerimento:

Requerido urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 3207/2017, de autoria do deputado licenciado Pedro Fernandes, que "Altera a lei nº 5.390, de 19 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a fabricação, comercialização, estocagem e queima de fogos de artifícios no âmbito do estado do Rio de Janeiro", pelo deputado André Lazaroni. Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora.

OFÍCIO CCJ:

¹ Substitutivo da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça Cor Etnia Religiosa e Procedência Nacional.

Nº 371 de 25 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3316/2017, de autoria do deputado Zito, que "Dispõe sobre a criação do programa de tarifa companheira no âmbito do estado do Rio de Janeiro", encaminhando o PL à AGETRANSP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos) para que se manifeste acerca da matéria, num prazo de 30 dias.

Nº 374 de 25 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3100/2017, de autoria do deputado Milton Rangel, encaminhando o PL à FETRANSPOR (Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro), para que se manifeste acerca da matéria, num prazo de 30 dias.

Projetos de lei que se encontram na pauta da ordem do dia 05/12/2017 das Comissões, a saber:

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

Relator: Deputado Marcelo Freixo

- **PL 686/15** – Assegura 2% (dois por cento) das vagas de emprego em obras públicas estaduais e em empresas que recebem incentivos fiscais do estado do Rio de Janeiro para pessoas em situação de rua;
- **PL 2210/16** – Institui a Política Estadual de Economia Solidária no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
- **PL 3028/17** – Altera a Lei nº 6275, de 28 de junho de 2012, que institui a Política Estadual de Fomento ao Voluntariado Transformador.

Relatora: Deputada Enfermeira Rejane

- **PL 429/11** – Obriga as concessionárias de serviços públicos de transporte que operam no âmbito do estado do Rio de Janeiro e que promovem atividade audiovisual a exibirem vídeos educativos em sua programação e dá outras providências.

Comissão de Transporte

Relator: Deputado Marcelo Simão

- **PL 32/15** - Institui os Planos Estaduais de Transporte e Logística, notadamente o Plano Estratégico de Logística e Cargas – PELC, o Plano Diretor de Transportes Urbanos - PDTU, e o Plano Aeroviário – PAERJ, como documentos orientadores das definições políticas públicas de investimento em infraestrutura logística e da gestão do sistema de transporte público no estado do Rio De Janeiro.

Relator: Deputado Osório

- **PL 501/15** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de rastreadores por satélite nos caminhões licenciados no estado do Rio de Janeiro.

Relator: Deputado Dionísio Lins

- **PL 1721/16** - Autoriza o Poder Executivo a providenciar junto às concessionárias de serviços públicos de transportes de passageiros metroviário e ferroviário a instalação de mapas em todas as estações indicando as que possuem acessibilidade através do símbolo internacional de acesso.
- **PL 1114/15** - Autoriza o Poder Executivo a estatizar o serviço público de transporte aquaviário de passageiros, sem prejuízo da continuidade da atividade.
- **EMENDAS DE PLENÁRIO – PL 1019/2015** - regulamenta avisos e notificações por aparelhos de GPS e aplicativos de navegação no trânsito, via GPS, para riscos iminentes de diversas naturezas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Comissão de Segurança Pública e Assuntos da Polícia

Relatora: deputada Martha Rocha

- **PL 2699/17** – Destinação de bens e produtos apreendidos no combate ao roubo de cargas no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

- **PL 2832/17** – Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária: 28/11/2017

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1249-A/2015**, de autoria do deputado André Ceciliano, que “Dispõe sobre a informação ao consumidor sobre as sanções aplicadas a estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no estado do Rio de Janeiro”. **Vai à autógrafa.**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2531/2017**, de autoria do deputado Marco Figueiredo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de telefonia, de TV a cabo, de cartão de crédito e similares manterem em suas páginas na internet link próprio que possibilite ao consumidor realizar a suspensão ou o cancelamento do contrato de prestação de serviço via internet”. **Vai à autógrafa.**

Sessão Plenária: 29/11/2017

REGIME DE URGÊNCIA:

APRECIADO, em discussão única, o **Projeto de Lei nº 2182/2016**, de autoria do deputado Samuel Malafaia, que “Cria o programa Empresa Amiga da Segurança, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. O projeto recebeu duas emendas de plenário e emendas da Comissão de Economia. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o parecer do relator, deputado Luiz Paulo, favorável a emenda nº 02 e contrário a emenda nº 1 e favorável as emendas da CEIC². As demais Comissões³ votaram com o parecer da CCJ. **Ficou adiada a votação por falta de quórum.**

² CEIC - Comissão de Economia, Indústria e Comércio

³ Demais Comissões: Segurança Pública; Defesa Civil; Economia; e de Orçamento

2ª DISCUSSÃO:

RETIRADO DE PAUTA, a pedido do autor, o **Projeto de Lei nº 326/2011**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Torna obrigatório o planejamento prévio e efetivo de treinamento para evacuações emergenciais na rede de ensino público e particular do estado do Rio de Janeiro".

APRECIADO o **Projeto de Lei 2.955/2014**, de autoria da deputada Cidinha Campos, que "Altera a Lei nº 4.896, de 08 de novembro de 2006, que assegura o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do estado do Rio de Janeiro, no que tange ao recebimento de ofertas de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica e dá outras providências". **Adiada a votação por falta de quórum.**

Sessão Plenária: 30/11/2017

1ª DISCUSSÃO:

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 2013/2016**, de autoria da deputada Tia Ju, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas e postos de saúde da rede pública e particular no âmbito do estado do Rio de Janeiro a divulgarem a Lei Federal 13.302 de 2016 que assegura o direito a prestação continuada temporária a criança vítima de microcefalia e aumenta para 180 dias à licença maternidade as mães". O **PL recebeu uma emenda e retorna às Comissões.**

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO:

Publicação no DO-I de 29/11/17

OFICIO GG/PL Nº 298 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Veto total apostado ao PL 2109/2016, de autoria do deputado Jair Bittencourt, que "Dispõe sobre a realização de exames de urina tipo I e creatinina sanguínea para a prevenção da doença renal crônica na rede pública do estado do Rio de Janeiro".

AGORA É LEI:

LEI nº 7792, de 28 de novembro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 1886-A/16

Autor: deputado Waldeck Carneiro

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Fomento ao Empreendedorismo para pessoas idosas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

LEI nº 7793, de 28 de novembro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 2980/2017

Autor: deputado João Peixoto

Denomina-se "Ponte da Integração Dodozinho Mendonça", a ponte que está em construção, interligando os municípios de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana.

LEI nº 7794, de 28 de novembro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 2521/17

Autor: Deputado Aramis Brito

Classifica Itaguaí como "Município de Interesse turístico".

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Ato do Governador:

Publicação no DO-I de 29/11/17

Decreto nº 46.180 de 28 de novembro de 2017

Revoga o artigo 124 do Decreto Estadual nº 3.893, de 22 de janeiro de 1981, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 4.2868, de 28 de fevereiro de 2011.

Ato do Secretário de Estado:

Publicação no DO-I de 28/11/17

Secretaria de Estado do Ambiente

Instituto Estadual do Ambiente

Portaria INEA/RJ/PRES nº 743 de 23 de novembro de 2017

Reconhece como reserva particular do patrimônio natural, em caráter definitivo, a RPPN Regua III no município Cachoeiras de Macacu – Rio de Janeiro.

Diretoria de Biodiversidade Áreas Protegidas e Ecossistemas**Portaria INEA/DIBAPE nº 85 de 06 de novembro de 2017**

Estabelece a composição do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

Portaria INEA/DIBAPE nº 86 de 06 de novembro de 2017

Estabelece a composição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica estadual de Guaxindiba.

Portaria INEA/DIBAPE nº 87 de 06 de novembro de 2017

Estabelece a composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçú.

Portaria INEA/DIBAPE nº 88 de 06 de novembro de 2017

Estabelece a Composição do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha Grande.

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.